

O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio

Emanuele Vitória de Oliveira Leite¹
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Francisco Vieira da Silva²
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Resumo: O presente artigo investiga o funcionamento do neoliberalismo em discursos sobre saúde mental no livro didático de Língua Inglesa do Novo Ensino Médio. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva-interpretativa e documental de abordagem qualitativa. Teoricamente, embasamo-nos em Foucault (1996, 2008a, 2008b); Han (2015); Illouz e Allaluf (2020); Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020) e Dardot e Laval (2016). As análises revelam o funcionamento de princípios ligados à racionalidade neoliberal, operando a fim de desenvolver habilidades socioemocionais com vistas ao equilíbrio para a contínua produtividade e eficiência dos corpos.

Palavras-chave: neoliberalismo; saúde mental; governamentalidade; novo ensino médio.

OLIVEIRA LEITE, Emanuele Vitória; VIEIRA DA SILVA, Francisco. O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): XX, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Neoliberalism in discourses on mental health in the new high school English language textbook

Abstract: This article investigates the functioning of neoliberalism in discourses on mental health in the New Middle School English Language textbook. This work is characterized as a descriptive-interpretative and documentary research of qualitative approach. Theoretically, we are based on Foucault (1996, 2008a, 2008b); Han (2015); Illouz and Allaluf (2020); Dunker, Silva Junior and Safatle (2020) and Dardot and Laval (2016). The analysis reveals the functioning of principles linked to neoliberal rationality, operating to develop socio-emotional skills with a view to achieving balance for the continued productivity and efficiency of bodies.

Keywords: neoliberalism; mental health; governmentality; new high school.

El neoliberalismo en los discursos sobre salud mental en el libro de texto del nuevo enseñanza media

Resumen: Este artículo investiga el funcionamiento del neoliberalismo en discursos sobre salud mental en el libro didáctico de Lengua Inglesa de la Nueva enseñanza media. Este trabajo se caracteriza como una investigación descriptiva-interpretativa y documental de enfoque cualitativo. Teóricamente, nos basamos en Foucault (1996, 2008a, 2008b); Han (2015); Illouz y Allaluf (2020); Dunker, Silva Júnior y Safatle (2020) y Dardot y Laval (2016). Los análisis revelan el funcionamiento de principios vinculados a la racionalidad neoliberal, que operan para desarrollar habilidades socioemocionales con miras a lograr el equilibrio para la continuidad de la productividad y la eficiencia de los cuerpos.

Palabras clave: neoliberalismo; salud mental; gubernamentalidad; nueva escuela secundaria.

Por mérito ou infortúnio da sociedade contemporânea, atualmente, muitos fatores impulsionam o surgimento de problemas psicoemocionais, tais como a disseminação do modelo concorrencial de sociedade, o adestramento, a lógica de maximização, a docilidade e o treinamento utilitário dos corpos para serem produtivos e lucrativos no sistema neoliberal. Assim, vivemos dias cada vez mais acelerados e constantemente precisamos manter uma performance que nos leva tempo, suga o bem-estar físico e consome o equilíbrio psicoemocional.

Autores como Han (2015) dão conta de discutir este fenômeno e relacioná-lo ao imperativo do desempenho, cujo funcionamento acontece como uma nova ordem social, reclamando sempre indivíduos mais autônomos, dinâmicos, ativos e produtivos. De acordo com o filósofo, busca-se, na contemporaneidade, uma constante maximização da produção dos sujeitos e a sociedade pode ser compreendida como uma sociedade de controle e do desempenho por meio da lógica de complementaridade do poder disciplinar, outrora já discutido por Foucault (2005b).

Uma vertente intrinsecamente ligada às considerações de Han (2015) também é apresentada por Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020), ao defenderem o neoliberalismo como mola propulsora na gestão do sofrimento psíquico. Na perspectiva dos autores, o modelo socioeconômico apresenta implicações diretas, insidiosas e decisivas na produção das subjetividades, na gestão do adoecimento e nas formas de vida e desejo dos sujeitos. O funcionamento do modelo neoliberal implica um sujeito individualizado e incita a iniciativa pessoal e comprometimento consigo mesmo, designando ao sujeito os sentimentos de responsabilização dos eventos – (in)felizes – da sua vida, o cuidado e o autopolicamento que, nem sempre, estão unicamente sob o seu domínio. O que se defende – e que se permite deixar acreditar – é que cada indivíduo é capaz de uma autoprodução ilimitada (ALVES, 2023).

Ademais, é pertinente justificarmos o neoliberalismo sob a chave interpretativa de Dardot e Laval (2016). Os autores franceses consideram essa questão como uma racionalidade que se exerce sobre o corpo populacional, considerando, sobretudo, o princípio da concorrência, a individualização dos corpos e a co-brança interna, pressupondo o efeito de que o indivíduo é livre para atuar autonomamente sobre si, agenciando as suas escolhas, a sua vida, as suas emoções e o seu futuro. Assim, na sociedade neoliberal, os sujeitos são “empresários de si mesmos” (HAN, 2015: 14).

Em decorrência disso, progressivamente evidenciamos inúmeras estratégias de protagonismo sustentadas sob os pressupostos de caráter neoliberal, com vistas ao controle e ao governo da população. Neste estudo, entendemos a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), amparada na Lei 13.415/2017, como uma destas técnicas que conferem ao sujeito a responsabilidade pela elaboração do seu cur-

rículo e do seu projeto de vida, pautados na justificativa de fortalecimento do protagonismo juvenil. A reforma, endossada pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), promove a percepção de que o aluno poderá seguir as suas aspirações e desejos e, portanto, elaborar o seu currículo de acordo com as suas necessidades.

Todavia, já é possível considerar um conflito inicial quando a própria BNCC, compreendida como um documento normativo de caráter de Lei e, portanto, obrigatória, (des)considera alguns temas, saberes e língua(gens) (GERHARDT e AMORIM, 2022).

Face ao dito, é significativo situar a relação dos interesses que sustentam estas reformas e orientam as práticas educacionais à Língua Inglesa (LI), compreendida como a língua estrangeira eleita pela BNCC cuja obrigatoriedade nos permite refletir sobre a sua direta relação à cultura imperialista. A língua inglesa é associada às grandes potências econômicas e políticas de todo o mundo, além de constituir-se como a língua alvo de comum escolha entre aqueles que adotam a ideia de aprendizado de segunda língua. Isso ocorre porque a Língua inglesa foi eleita como Língua Global³, a serviço das relações, da comunicação, do mercado e dos interesses do capital internacional. Neste sentido, em função da expansão da língua e do seu uso pelos mais distintos públicos e falantes, atualmente o idioma constitui-se como Língua Franca (LF)⁴ (CRYSTAL, 2003; SIQUEIRA, 2018).

Tendo dito isso, justificamos a relevância da temática por compreender que este é um estudo necessário, urgente e de comum interesse, uma vez que possibilita refletirmos sobre o cenário social, educacional, político, econômico, cultural e compreender, portanto, a relação entre saúde mental no livro didático com os interesses e o *modus operandi* da governamentalidade neoliberal na gestão do sofrimento psíquico. De modo sumário, esta pesquisa se mostra relevante porque realiza, segundo a perspectiva foucaultiana, um diagnóstico do presente, por tratar de questões de saúde mental, que se constitui um tema de urgência mundial.

Metodologicamente, trata-se de estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa, uma vez que consideramos os aspectos subjetivos de análise, levando em conta, prioritariamente, o funcionamento fenômeno investigativo. Importa mencionar que este estudo se sustenta no método arqueogenealógico foucaultiano, inserido no campo da análise do discurso francesa. Ademais, também se constitui como documental, uma vez que o seu *corpus* é composto por enunciados extraídos de um livro didático de língua inglesa aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de 2021 (e ainda em vigência), a saber: *Interação Inglês*, de Escobar e Tavares (2020).

É válido pontuar que o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: (1) estas notas introdutórias; (2) fundamentação teórica; (3) análises e discussões e (4) algumas considerações finais. A seguir, abordaremos alguns conceitos fundamentais à compreensão do trabalho.

Fundamentação teórica

A priori, é necessário esclarecer que este trabalho não dá conta de buscar, no livro didático de língua inglesa, o que está recôndito nos discursos sobre saúde

³ A Língua inglesa é considerada língua mundial/universal. Ocupa este posto tanto pelo número de falantes e pela distribuição geográfica, quanto pela sua utilização em relações diplomáticas.

⁴ Uma língua globalmente difundida e utilizada como meio de comunicação por povos e falantes de culturas e línguas diversas.

mental, mas busca compreender como ocorrem as relações destes discursos com as produções históricas, saberes e poderes, pontualmente, como se relacionam estes discursos às condições de emergência da temática da saúde mental.

A fim de melhor pensarmos o discurso a partir de Foucault (1996), partimos do fato de o autor argumentar que o discurso é sempre algo muito perigoso, talvez pelo fato da impossibilidade de enquadrá-lo, pela ausência de uma definição precisa ou porque, de modo geral, o discurso é uma prática social heterogênea. Trata-se de uma “ordem arriscada”, porque ele não é transparente, nem mesmo responde aos desejos do sujeito de seguir em campo firme e estável. Assim, é possível entender o discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008a: 132-133).

O autor ainda menciona a existência de alguns procedimentos de exclusão e controle exercidos nos discursos, como a interdição, a separação e rejeição e a vontade de verdade (FOUCAULT, 1996). O primeiro procedimento relaciona-se ao fato de que não se é possível dizer tudo em qualquer circunstância; nem mesmo qualquer pessoa poderá dizer qualquer coisa em qualquer lugar. Assim, são três os tipos de interdição: (i) tabu do objeto, (ii) ritual da circunstância e (iii) direito exclusivo de quem fala. Quanto aos outros procedimentos de exclusão: a separação/rejeição e a vontade de verdade, em termos práticos, podemos afirmar que a ordem discursiva mantém a segregação daqueles que não se adequam ao regime de verdade de uma dada conjuntura.

Também as vontades de verdade estão sustentadas nesses deslocamentos históricos que, segundo a teoria foucaultiana, podem ser compreendidos como estas mudanças nos modos de construção de conhecimento, dos saberes e das condutas humanas, *grosso modo*, são as mudanças nas condições de possibilidades.

Sendo compreendido como uma unidade mínima do discurso, o enunciado também é um conceito importante à compreensão deste estudo. Segundo Foucault (2008a, p. 90), o enunciado “é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos”. Desse modo, o autor discute que o enunciado não pode ser entendido como uma regra de construção, sintagma ou como forma canônica, mas como aquilo que permite a existência dos signos e das regras, como uma função para a existência que permite a aparição destes conteúdos em contextos específicos mediante relações de saber-poder (FOUCAULT, 2008a). Considerando o objeto de estudo da saúde mental no livro didático de língua inglesa, os enunciados funcionam como elementos de propagação destes constructos históricos, dos ditos inscritos no arquivo⁵ da saúde mental.

Um outro conceito pertinente de ser aqui discutido é o de dispositivo que, segundo a percepção foucaultiana, pode ser compreendido da seguinte maneira:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2008b: 138)

Nessa lógica, o filósofo francês entende que o dispositivo pode ser lido como uma formação que, tendo se manifestado em certas condições históricas, tem como propósito “responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2008b: 138) e que,

⁵ “O arquivo é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade” (FOUCAULT, 2008a: 147, grifos nossos).

perseguindo o seu objetivo estratégico pode, no percurso, originar novas estratégias ou reutilizá-las a outro – e um novo – fim.

Vejamos como a Reforma do Novo Ensino Médio encontra-se relacionada a dimensões de poder e controle. Como uma política educacional obrigatória no território brasileiro, a reforma possibilitou a manifestação de discursos e saberes que encontram respaldo no novo modelo de educação e nos modos de objetivação/subjetivação dos sujeitos, os quais são convocados a uma contínua (re)adequação, em que é necessário, por exemplo, manter o domínio das competências socioemocionais.

É possível consideramos uma estreita relação entre estas questões com a racionalidade neoliberal. Para Illouz e Alaluf (2020), as emoções são convertidas em competências a serem aprendidas e administradas pelos sujeitos, a fim de que o seu desempenho ocorra de maneira efetiva na sociedade, na escola e no mundo do trabalho, podendo, inclusive, serem objetivadas. Por isso, as autoras esclarecem que estas questões se mostram visivelmente articuladas aos interesses de construção de sujeitos ideais do ponto de vista emocional e mercadológico.

A título de exemplificação, podemos mencionar a apologia à ética de autogestão do corpo por meio do empreendedorismo, por meio da qual o sujeito é convocado a administrar e empreender o seu corpo, as suas escolhas e o seu equilíbrio psicoemocional a partir da premissa (ou efeito) de que somos livres, por meio de efeitos neobiopolíticos. Este efeito de liberdade pode ser considerado como uma estratégia com visa à promoção da competição e do aumento de eficiência dos corpos no sistema de produção constantemente alvo de dispositivos e investimentos biopolíticos de cuidado para consigo.

Neste sentido, as emoções e a questão da saúde mental não estão dissociadas. Nessa nova sociedade do desempenho, o cansaço e a atmosfera de sofrimento são decorrentes dessas práticas de performance (HAN, 2015). Quando o sujeito é inserido na exaustiva jornada em busca da eficiência, de reinvenção, do desenvolvimento de competências e habilidades, do alcance da sua inteligência emocional e, portanto, quando este mesmo sujeito não se aproxima desse ideal, por questões que podem ser multifatoriais, como por exemplo, as desigualdades sociais, as instabilidades no seio familiar, ausência de oportunidade, entre outras questões, isso poderá comportar-se como um gatilho e um ambiente propício ao sofrimento emocional, como explicam Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020: 45-46) acerca da lei externa de valorização do capital: “Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que *passa a exigir de si mesmo* ser um empreendedor bem-sucedido, buscando “otimizar” o potencial de todos os seus atributos capazes de ser “valorizados”, tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade.” Para os autores, quando essa subjetividade é esvaziada, o sujeito tende a “frustração e angústia associada ao fracasso e autoculpabilização.”

Também o poder, segundo a perspectiva foucaultiana, pode ser entendido como conjunto de ações sobre ações possíveis (FOUCAULT, 1995) que, portanto, só existe quando é posto em funcionamento e quando permite que os sujeitos participem das suas ações. Segundo Veiga-Neto (2007), o poder diz mais respeito aos modos de governamentalidade (de si e dos outros), do que a uma luta ou afronte com outro adversário propriamente dito. Assim, o poder pode regular e moldar normas, identidades e práticas sociais.

De maneira próxima a objeto deste estudo, o poder se exerce também nos livros didáticos, tendo em vista que é um instrumento didático-pedagógico que controla e seleciona o conhecimento ali apresentado. Além disso, o livro didático normaliza e contribui para a legitimação de certos discursos, podendo permitir

maior ou menor evidência a certos saberes. Logo, pode-se compreender o livro didático como um dispositivo capaz de (re)produzir, disseminar, manter a legitimidade do poder, bem como produzir subjetividades alinhadas a interesses específicos.

Foucault (1999) ainda esclarece que o sujeito, antes submetido às forças soberanas, agora é alvo de uma positividade, por meio da qual se busca uma constante gestão, multiplicação e controle por meio de técnicas reguladoras para que estes corpos pudessem operar no mercado. Portanto, o poder que outrora – na sociedade de soberania – tinha direito de vida e morte, passa a gerenciar as eventualidades e as deficiências da vida humana.

Emerge daí uma outra organização de poder – a sociedade disciplinar – também descrita pela teoria foucaultiana. Neste cenário, o capitalismo, especificamente a partir da revolução industrial, requer sujeitos úteis, dóceis e saudáveis, logo, era oportuno que, para o sistema, ocorressem transformações no que diz respeito ao ordenamento social. Essa (re)configuração implicou a transmutação de um poder que tratava de “fazer morrer e deixar viver” pelo funcionamento de “fazer viver e deixar morrer” os súditos (FOUCAULT, 2005b: 294).

Mais tarde, viu-se surgir também as tecnologias regulamentadoras, que recaiam sobre o homem-espécie. Enquanto as primeiras – disciplinares – se valiam de cuidados de maneira mais particular, estas se preocupavam com a regulamentação da vida no âmbito populacional, com questões que engendram implicações de caráter social, como por exemplo, as taxas de natalidade, mortalidade, longevidade, isto é, com a biopolítica da população, compreendida como estratégia de governo populacional que regula, organiza e administram os corpos. O poder, assim, deslocou-se do biológico – sociedade disciplinar – para o jurídico – sociedade de controle (FOUCAULT, 1999).

É exatamente da biopolítica que o filósofo francês menciona advir a extração do saber para que se organizem e se perpetuem as relações de poder. Neste sentido, o poder disciplinar é complementado pelo biopoder, entendido, segundo a perspectiva foucaultiana, como um mecanismo de controle de vida e organizado a partir de dois polos: disciplinar e regulamentador. Contudo, não há uma substituição efetiva, nem tampouco uma exclusão, mas um suporte e novos mecanismos que se complementam.

Para Deleuze (1992), a sociedade de controle tem por alvo a exploração dos corpos por meio da performance e da ideia de inacabado. Neste contexto, as técnicas de disciplinarização dos corpos são sempre favoráveis à produção, à liquidez e à flexibilidade perene, uma vez sempre exposto ao poder – que está em todos os cantos e direções – o sujeito é, regularmente, produto e alvo constante do poder exercido por meio dos dispositivos (DELEUZE, 1992).

A subjetividade, por sua vez, refere-se à forma como os sujeitos se constituem a partir das suas relações e das produções de saberes-poderes que os constroem. Segundo Cardoso Júnior (2005: 345), “a subjetividade é uma expressão de nossa relação com as coisas, através da história” e, por isso, se expressa diretamente no corpo, “entendido não apenas como corpo orgânico, mas também como corpo construído pelas relações, com as coisas que se encontra nesse mundo”. Sendo assim, são as condições históricas que possibilitam e que produzem as modulações de sujeitos.

Pensando a partir do modelo de racionalidade que é o neoliberalismo, aquilo o que Bauman (2008) denomina de subjetividade líquida cabe aqui como exemplificação das identidades usualmente reclamadas pelo modelo econômico vigente em razão da instabilidade social, da necessidade constante de readequações

e da transitoriedade dos projetos e estilos de vida dos sujeitos. Não por acaso, também, temos a resiliência como uma habilidade tão exercitada, conforme defendem Illouz e Alaluf (2020: 84) “os indivíduos resilientes sobrevivem à guerra e ao capitalismo, adaptam-se ao real caótico no interior do qual estão mergulhados e conseguem até mesmo se realizar”.

Tendo dito isso, considera-se que as subjetividades são produzidas por meio de mecanismos de poder-saber e modos de governamentalidade, essa entendida enquanto uma prática de governo de si e do outro. Uma vez que os sujeitos internalizam normas, regulamentos e padrões, ele passa a exercer sobre si técnicas que regulam e modulam as suas subjetividades. Conforme a proposta deste estudo, no que se refere às práticas de saúde e cuidado mental, os sujeitos são conduzidos a adotarem estilos de vida saudáveis numa constante autovigilância em busca das suas fragilidades emocionais, contribuindo, por exemplo, para a reprodução de normas sob a pretensão de perpetuar certos padrões de comportamentos e subjetividades, como o sujeito emocionalmente saudável, por exemplo.

Nessa perspectiva, a governamentalidade não está relacionada meramente ao aparelho e à administração estatal, mas também a outros modos de guiar as condutas dos sujeitos. Portanto, não pode ser entendida como algo que comanda, reina ou que dita as leis, mas como um fenômeno que envolve mecanismos diversos de poder, recaindo sobre os corpos, sobre a população e sendo postos em funcionamento não apenas pelo estado, mas por outras – diversas – instituições (FOUCAULT, 2008c).

Uma exemplificação destes mecanismos de poder em funcionamento é o currículo educacional brasileiro. Por entendermos, junto às considerações de Ciervo (2019), que o currículo é uma entidade viva, não sendo, de modo algum, uma política neutra, compreendemos que este reflete toda uma dinâmica social, econômica e política em meio a um jogo de interesses e forças, assim como pontua a autora: “o currículo é fruto de um território controverso, idealizado, carregado de valores e pressupostos contextualizados temporalmente” (CIERVO, 2019, p. 16). Compreende-se, neste sentido, o currículo como uma construção social que, orientada por todo um jogo de saber-poder, pode realçar certos saberes, competências e exigências e soterrar outros (as), como pode se evidenciado o destaque dado às competências socioemocionais a partir da BNCC.

O autocuidado, neste sentido, poupa o Estado da sua responsabilidade com a população e com a sua saúde mental, uma vez que ao desenvolver práticas de autocuidado, há maior possibilidade de que estes sujeitos adotem hábitos mais saudáveis e, conseqüentemente, vivam melhor, sendo capazes de gerenciar as suas próprias condições. Decorre daí uma busca menor por serviços públicos de saúde. Assim, o estímulo ao desenvolvimento das competências é também um modo de “extrair da população a potência produtiva e, com isso, minimizar situações que possam gerar despesas futuras ligadas às áreas da segurança, da saúde e da educação” (CARVALHO; SILVA, 2017: 187), visto que a governamentalidade neoliberal responde por conduzir certas políticas, com elas, o bem-estar social (CASTIEL, 2021).

A seguir, apresentaremos algumas análises extraídas do livro didático *Interação Inglês*, de Escobar e Tavares (2020).

Análises e discussões: o livro didático Interação Inglês

Tencionando compreender os conceitos supracitados em funcionamento, convém investigá-los no *corpus* de estudo. A materialidade 1 está disposta da unidade seis do livro didático Interação Inglês de Escobar e Tavares (2020), especificamente na lição b, *health and well-being* (saúde e bem estar) e diz respeito a um texto que promete abordar “10 examples of how to increase self-awareness”, (10 exemplos de como aumentar a autoconsciência) (ESCOBAR e TAVARES, 2020: 250- 1, tradução nossa).

Já é possível antecipar que a autoconsciência, uma vez ancorada como competência essencial na BNCC, constitui-se como uma habilidade progressivamente visada. Interessa-nos entender que a competência intenta tornar o sujeito um objeto da sua própria atenção tanto na dimensão física quanto emocional por meio da autovigilância constante. A figura 1⁶ ilustra a necessidade de conhecer a si mesmo e desenvolver certas práticas e condutas, a fim de que se possa melhor potencializar a sua autoconsciência.

Figura 1 – Increase self-awareness. Fonte: Livro didático Interação Inglês, de Escobar e Tavares (2020: .250-251, imagem adaptada pelos autores).

10 Examples of how to increase self-awareness

1. Pay attention to what bothers you about other people
2. Meditate on your mind
3. Read high-quality fiction
4. Identify your emotional kryptonite
5. Draw a timeline of your life
6. Ask for feedback (and take it well)
7. Do some micro-travel
8. Learn a new skill
9. Identify cognitive distortions
10. Make time to clarify your values



A materialidade no livro didático apresenta as seguintes orientações para o estudante desenvolver a sua autoconsciência: (1) *Pay attention to what bothers you about other people* (preste atenção no que te incomoda em outras pessoas); (2) *Meditate on your mind* (medite em sua mente); (3) *Read high-quality fiction* (leia ficção de alta qualidade); (4) *Identify your emotional kryptonite* (identifique a sua *kryptonita* emocional); (5) *Draw a timeline of your life* (desenhe uma linha do tempo da sua vida); (6) *Discover your blind spots by asking for feedback (and taking it well)* (descubra seus pontos cegos pedindo feedback e aceitando-os bem); (7) *Do some micro-travel* (faça uma pequena viagem); (8) *Learn a new skill* (aprenda uma nova habilidade); (9) *Identify cognitive distortions* (identifique distorções cognitivas); (10) *Make time to clarify your values* (arrume um tempo para esclarecer seus valores).

⁶ A materialidade está disposta em texto do LD, mas fornece acesso via *link* ao texto em sua completude. Disponível em: <https://nickwignall.com/self-awareness/>. Acesso em: 28 de jun. 2023.

Dado o exposto, percebemos que a modalização discursiva empregada nos enunciados direcionados aos estudantes ocorre por meio da tipologia textual injuntiva, que oferece instruções e recomendações aos seus leitores. No que se refere às instruções, vemos o funcionamento de uma governamentalidade que incide sobre as mentes e não apenas sobre o corpo físico, mas em nível psicopolítico, com vista a incrementar o desempenho, aprender novas habilidades, a meditar, *etc.* Ocorre em exercício o autoinvestimento como garantia de funcionamento e manutenção de corpos produtivos e autoconscientes.

É possível antever ainda que os enunciados do livro didático se mostram em direta articulação com a necessidade de autorregulação e gestão, também entendidos como competências que devem, paulatinamente, serem desenvolvidas pelos sujeitos. Segundo Ciervo (2019), a inserção e a chegada das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas brasileiras não ocorrem de maneira despretensiosa, mas porque a autovigilância é uma condição necessária para o desempenho ininterrupto do sujeito atuante em seu meio social, por meio de um projeto estrategicamente desenhado de incansável produção e maximização do desempenho individual cuja finalidade é ligada ao meio econômico.

Na conjuntura do neoliberalismo, as possibilidades de políticas desenhadas para a coletividade são esvaziadas em detrimento de uma individualidade e, consequentemente, um recuo das ações de Estado. Assim, segundo as considerações da autora, as competências são empreendidas como um ingresso para que este indivíduo possa transitar – com maior estabilidade possível – na volubilidade do seu contexto social, econômico e político. Este argumento também é reforçado no trabalho de Cardozo, Colares e Sartori (2023: 14), ao afirmarem que:

As competências socioemocionais aplicadas ao currículo escolar apresentam indícios de que a atuação formativa da escola corrobora para a consolidação das capacidades de trabalho e de adaptabilidade às condições adversas que surgem em virtude das modificações no mercado de trabalho, inclusive a precarização das condições de produção.

Com isso, é provável que esta seja a razão pela qual se mostra sempre em relevo que os sujeitos sejam capazes de identificar sua *kryptonita* emocional (*identify your emotional kryptonite*). É crucial pontuar que o termo *kryptonita* diz respeito a uma representação fictícia de uma espécie de mineral cujo efeito mostra-se nocivo aos personagens super-heróis, sendo capaz de enfraquecê-los. Assim, pode-se perceber o efeito de sentido do ser super-herói no paradoxo de perceber as suas fraquezas.

Ainda se pode entrever que o sujeito estudante deve aprender a reconhecer e trabalhar com base no seu desconforto emocional, compreendendo e desenvolvendo uma maior consciência sobre o que lhe enfraquece para, só assim, corrigir-se. Portanto, de acordo com o posicionamento assumido no LD, não é adequado que se evite esta *kryptonita* emocional – o sentimento que temos medo de sentir – antes disso, deve-se tolerar e lidar com isso porque, supostamente, isso revelaria uma “riqueza de *insights* sobre nós e sobre o mundo” (ESCOBAR e TAVARES, 2020: 251, tradução nossa).

Desse modo, o fenômeno observado não pode ser lido de modo descontextualizado, pois existe aí um mecanismo em funcionamento em que esse controle emocional do jovem é levado a uma posição central porque, segundo os pressupostos de Illouz e Alaluf (2020), tem-se o funcionamento do capitalismo emocional, segundo o qual as emoções trabalham em conjunto com algo maior, em be-

nefício do capitalismo, da força de trabalho e do mercado neoliberal. Este capitalismo emocional preconiza um efeito de um cuidado de si agenciado por estratégias do que poderíamos chamar de neobiopolíticas.

Assim, as relações emocionais e econômicas são entrelaçadas. Segundo a percepção de Illouz e Alaluf (2020), o próprio conceito de inteligência emocional constitui-se como uma amostragem de como as emoções foram transmutadas em competências (objetificáveis e mensuráveis). Logo, a noção de inteligência emocional entra no eixo da racionalidade que deve ser entendida de modo individual. Nessa linha interpretativa, as autoras entendem que foi a psicologização das empresas que resultaram na objetificação das emoções e de modo consequente na “construção de um estilo emocional ideal e legítimo” (ILLOUZ e ALALUF, 2020: 81).

Em seguimento, os enunciados 5, 6, 7, 9 e 10 também aparecem como estratégias que auxiliam o sujeito a desenvolver uma melhor consciência sobre si. Chama-nos a atenção, de modo mais verticalizado, o exemplo 8, que sugere que o aluno pode desenvolver melhor a sua autoconsciência ao *learn a new skill* (aprender uma nova habilidade). A princípio, a materialidade enuncia, no exemplo 8, a necessidade de o sujeito buscar aprender coisas novas, porque, desse modo, aprenderia também a pensar de modo diferente, alargando as suas possibilidades de compreensão/visão do mundo e a si mesmo para além da sua “zona de conforto”. Assim, vê-se operar o que Sennett (2006) discute acerca da necessidade de descarte das experiências e habilidades velhas – ainda que perfeitamente úteis – a fim de acompanhar novas, neste caso, as habilidades que permitiriam o sujeito um aprofundamento consciente das noções do “eu”.

Ainda podemos constatar, na singularidade enunciativa do *link* de acesso disponibilizado pelo LD, algumas passagens que elucidam mais firmemente o princípio ligado à racionalidade neoliberal, principalmente acerca da necessidade constante de reinvenção, como a assertiva seguinte: “*When the only things you’re doing are things you’re already good at, it’s easy to be lulled into a false sense of security that you know how things work*” (quando as únicas coisas que você está fazendo são coisas nas quais você já é bom, é fácil ser enganado por uma falsa sensação de segurança de que você sabe como as coisas funcionam) (WIGNALL, 2019, *online*, tradução nossa).

Diante do exposto, entende-se que as habilidades se tornam obsoletas (SENNETT, 2006), uma vez que se exige sempre uma manutenção frente à conjuntura de impermanências, de modo que, por mais habilitado que seja este sujeito em determinada tarefa, essa percepção se figura de maneira enganosa, – ou falsa – pois se entende que as habilidades devem ser incrementadas, do contrário, este sujeito apenas estará inserido numa condição histórica cuja segurança existe apenas em sua mente.

Diante dessas considerações, a governamentalidade neoliberal faz manifestar na materialidade discursiva certos regimes de enunciados em consonância com as habilidades reclamadas pela condição histórica e social de emergência do neoliberalismo. A racionalidade neoliberal funciona por meio de práticas discursivas e estratégias que atuam a fim de produzir ou manter em funcionamento conhecimentos e condutas. Na esteira de Foucault (2008b), ele opera para responder a uma urgência que, no caso deste estudo, parece ser uma formação de sujeitos voltada para as demandas do mercado de trabalho que podem ser evidenciados tanto pela proposta do NEM, quanto pela BNCC, que estimulam o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Analiseemos adiante uma outra materialidade apresentada também no livro didático *Interação*, de Escobar e Tavares (2020), também extraída da unidade seis, intitulada *self awareness* (autoconsciência). Nela, há um pôster que apresenta aos estudantes algumas atividades cuja promessa articula-se a maneiras distintas de como o aluno poderá fazer um intervalo na sua rotina. O pôster, conforme a imagem abaixo, é descrito da seguinte maneira: “50 ways to take a break”, (50 maneiras de como fazer uma pausa) (Escobar; Tavares, 2020: 253, tradução nossa).

Figura 2 – 50 ways to take a break. Fonte: Livro didático *Interação* inglês de Escobar e Tavares (2020: 253)



Convém aqui destacar que as imagens expostas dizem respeito a atividades de caráter terapêutico, sendo estas entendidas como tarefas que possibilitam relaxamento do indivíduo. Dentre elas, podem ser citadas a prática de meditação, andar de bicicleta, desligar o aparelho celular, regar as plantas, aprender algo novo, fazer alguns alongamentos e assim por diante. Há, acima do pôster, três exercícios destinados aos alunos: (i) Quantas das atividades do pôster você fez ultimamente?; (ii) você costuma tirar um tempo só para você? O que você faz com esse tempo?; (iii) qual dessas atividades poderia ajudá-lo a aumentar sua autoconsciência de maneira agradável?

Se pensarmos as tecnologias disciplinares (Foucault, 1999) em torno dos públicos que são alcançados com os discursos de saúde mental nos livros didáticos de língua inglesa (usualmente jovens e adolescentes), é possível constatarmos

que elas funcionam na materialidade, de modo a organizarem certo cuidado estratégico do poder destes corpos consigo mesmo. Assim, no plano disciplinar, isso engendra fenômenos de observação, autorreflexão, cuidado e prevenção para que estes corpos sejam continuamente treinados para as demandas do meio social, econômico, educacional, laboral, entre outros.

Já no plano das tecnologias que regulamentam estes corpos, incidem sobre eles estratégias biopolíticas de implicações mais coletivas que buscam a promoção da qualidade de vida destes sujeitos. Se lidamos com uma população adoe-cida, – física e emocionalmente- isso certamente trará consequências também na esfera comunitária, uma vez que estes corpos não terão aplicação prática, utilidade e, nem mesmo poderão ser explorados os limites das suas potencialidades. Logo, funcionam de modo coexistente porque, no campo da regulamentação se requer um corpo único, mas, antes de sê-lo, precisam ser bons de modo particular por meio do controle dos fluxos vitais.

Assim, os discursos sobre a saúde mental antes expostos são marcados pelo funcionamento de vontades de verdade institucionalizadas e articuladas aos desejos de produção de sujeitos hábeis, produtivos e físico-emocionalmente capazes. Vê-se, portanto, o exercício de estratégias de controle, governo e cuidado com estes corpos de modo que o público possa administrar a sua saúde mental, e reconhecer o momento necessário de se realizar uma pausa, conforme apontam os discursos da materialidade 2.

Também é importante comentar que a materialidade apresenta, em sua proposta temática geral, – e particularmente na análise em questão – a competência socioemocional da autoconsciência, isto é, a capacidade que o sujeito deve desenvolver para prestar atenção em si, em seus sentimentos e em suas emoções, mostrando-se em estreita articulação com a competência geral oito (8) da BNCC, que orienta o estudante a “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2018: 10).

Todavia, é necessário pontuar que isso não aparece de modo despretensioso, as emoções foram, historicamente, objeto de interesse de poder-saber, que se revelaram “elementos essenciais da eficácia, da gestão e da cooperação” (ILLOUZ e ALALUF, 2020: 80). Sendo assim, as questões emocionais são continuamente treinadas porque, de algum modo, além de beneficiar aquele capaz de gerenciá-las, ainda são convertidas em benefícios coletivos e econômicos. Portanto, esses discursos que emergem são marcados pelas suas condições sócio-históricas e em função das relações de poder que lhes permeiam – uma vez revelada a necessidade de o sujeito desenvolver a sua inteligência emocional – identificar os seus sofrimentos e administrar suas emoções por meio desse cuidado, que pode ser lido a partir da esteira foucaultiana, como uma estratégia de governamentalidade da vida.

Este cuidado de si consiste, segundo as noções foucaultianas, em um conjunto de regras de existência que o sujeito deve voltar para si e, depois, para o mundo. Nesse sentido, o cuidado de si pressupõe também o cuidado do “outro” (FOUCAULT, 2006), muito embora não se possa compreender esse argumento como uma prática egoística ou narcisista, mas como práticas de autoconhecimento, reflexão e transformação, como uma atitude política. De modo a melhor se pensar o cuidado de si, Foucault (2006) vale-se do termo *epiméleia heautoû* para desig-

nar essa prática, para qual são necessárias também outras duas concepções: conhece-te a ti mesmo e o ocupa-te a ti mesmo. Seriam, pois, estes processos (conhecer e ocupar-se de si) que levariam o sujeito ao cuidado de si.

Dito isso, compreendemos que o cuidado de si como regra de existência não diz respeito meramente às práticas individuais, mas se estendem ao coletivo, uma vez que o sujeito, ao conhecer e cuidar de si, traria contribuições a sua dimensão coletiva – esta como uma instância substancial no seu processo de autotransformação. Para tanto, algumas ações e práticas são necessárias ao movimento de cuidado de si, são alguns exemplos a escrita, a meditação e a leitura, pois, ao seu modo, podem contribuir para o aperfeiçoamento da compreensão sobre si. Estas práticas, segundo Foucault (2005a) eram predominantes e valorizadas nos períodos romanos e helenísticos, em que se via organizar um individualismo, interesses privados e independência de grupos e pessoas.

O que convém destacar é que, em ambos os polos de poder – disciplinar e biopolítico – objetiva-se conduzir o corpo populacional por meios estratégicos, mas que, por sua vez, estão relacionados às demandas para aquela – e não outra – formação histórica. O poder disciplinar promove a individualização dos corpos através do treinamento de suas forças, num plano corporal e por meio do disciplinamento; o biopoder, no entanto, se dirige à população, agindo onde é possível afetá-la, dedicando-se não apenas sobre o corpo, mas sobre a vida, num plano massificante, por meio de regulamentações.

Assumida a nova necessidade do poder, de gerenciar a vida humana, a velha prerrogativa “fazer morrer e deixar viver” passa a operar de outro modo. Nessa nova organização de sociedade – ou novas atualizações de poderes – os sujeitos, a sua força, a mão de obra, e a sua obediência e a sua saúde são elementos essenciais, portanto, como fazer – ou deixá-los – morrer? Existe aí uma necessidade substancial de cuidar, garantir e multiplicar a vida e a força humana por meio de táticas biopolíticas. Enfim, de modo mais esclarecedor, Foucault (1999) afirma que o biopoder e a biopolítica foram elementos essenciais, pois constituíam-se como estratégias de dominação e controle dos corpos nos aparelhos de produção.

Considerações finais

Consoante as contribuições trazidas neste estudo, podemos situar uma regularidade encontrada mediante os dizeres e discursos presentes no livro didático (figuras 1 e 2). Tal fato permite-nos compreender que esses discursos não se encontram desalojados, mas são sustentados em saberes e práticas discursivas inscritas em diferentes meandros sociais que disseminam a importância de se atentar e cuidar da saúde mental para que o sujeito possa gerenciar – ou permitir que lhe gerenciem – as suas vulnerabilidades emocionais. Algumas amostras dessa afirmativa podem ser encontradas na legislação vigente, nas políticas educacionais brasileiras, no campo da saúde, na escola enquanto espaço formativo, nas práticas dos profissionais das áreas da psicologia e psiquiatria e nos âmbitos familiares por meio dos discursos cotidianos.

Para além disso, percebemos uma tentativa de moldar, formar e controlar os fluxos vitais e as energias, em que o neoliberalismo funciona como uma tecnologia de si. Noutros termos, existe um projeto de investimento na vida humana naquilo que se refere ao âmbito social e psicoemocional dos sujeitos com vista ao equilíbrio para a contínua produção. Enquanto tecnologia de si, o neoliberalismo promove e dissemina técnicas que são capazes de moldar e construir identidades alinhadas aos preceitos neoliberais, a exemplo da autoconsciência, autogestão,

políticas de promoção de bem-estar, gestão de tempo e produtividade, entre outros.

O controle emocional, neste sentido, é alvo e projeto de atenção e cuidado porque, em termos práticos, implica diretamente a esfera econômica em nível biopolítico. Serviços de autoajuda, treinamentos de inteligência emocional, *coaching* e consultorias são cada vez mais comuns, dentro e fora do campo educacional, pois esse capitalismo emocional, já descrito por Illouz e Alaluf (2020), ambiciona não apenas a operacionalização econômica, como também as condutas. Essa autogestão das emoções mediante um cenário de instabilidades, a condescendência de si, aliados à necessidade da máxima performatividade é um fator que provoca o esgotamento psíquico e quadros de sofrimento mental (HAN, 2015; SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2020).

Além disso, vemos que as estratégias de caráter bio e psicopolíticas que atuam nos materiais didáticos analisados apoiam-se em distintas motivações e vontades de verdade contemporâneas, como é o caso da necessidade de desenvolvimento da autoconsciência (figura 1), em que o sujeito estudante é convocado a identificar os seus incômodos emocionais, desordens cognitivas e fraquezas e utilizá-los a favor do seu crescimento emocional. Assim, é possível articular os dizeres das materialidades analisadas neste trabalho à perspectiva foucaultiana porque versam sobre estes discursos modos de gerenciamento da vida humana, que tanto buscam a potencialidade das capacidades em nível homem-corpo, como, também, no plano homem-espécie (FOUCAULT, 1999). Os mecanismos que funcionam no livro didático estudado podem ser entendidos como estratégias de governamentalidade, de disciplinamento, regulação, como também permitem ser interpretados, sob o prisma foucaultiano, como controle biopolítico das condições de vida e da saúde emocional dos estudantes.

Ademais, no que se refere à língua inglesa, compreendemos que o idioma não foi eleito como língua obrigatória das reformas curriculares brasileiras em razão de uma neutralidade ideológica. Ao investigar a posição social ocupada pela língua inglesa, refletimos que, em razão da sua extensão e uso por diferentes falantes, a língua inglesa não se trata apenas de um instrumento, mas também opera como instrumento de relações de poder.

Recebido em 29 de maio de 2024.

Aprovado em 29 de novembro de 2024.

Referências

ALVES, J. C. S. Neoliberalismo e exploração voluntária de si. *Anãnsi: Revista de Filosofia*, 4 (1): 174-184, 2023.

BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. *Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF. SEB/MEC, 2018.

CARDOSO JUNIOR, H. R. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18 (3): 343-9, 2005.

CARDOZO, M. J. P. B.; COLARES, M. L. I. S.; SARTORI, L. Competências Socio-emocionais no Novo Ensino Médio: Interlocução com as recomendações da OCDE. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18: 1-20, 2023.

CARVALHO, R.S. SILVA, R.R.D. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. *Educar em Revista*, 63: 173-190, 2017.

CASTIEL, L. D. *Ensaio fora do tubo: a saúde e seus paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: Hucitec Editora, 2021.

CIERVO, T. J. R. *A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação), Unisinos, 2019.

CRYSTAL, D. *English as a global language*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. “*Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle*”. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. pp. 219-226.

ESCOBAR, A.; TAVARES, J. F. *Interação Inglês*. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *A história da Sexualidade. 3. O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2008b.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, Paul. (orgs.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-250.

GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIM, M. A. *A BNCC e o ensino de línguas e literaturas*. 2ed. Revista e ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2022.

HAN, B. C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, B.C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

ILLOUZ, E.; ALALUF, Y.B. “O capitalismo emocional”. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (org.). *História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje*. Petrópolis: Vozes, 2020. pp. 74-100.

SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. S.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIQUEIRA, S. Inglês como língua franca não é zona neutra, é zona transcultural de poder: por uma descolonização de concepções, práticas e atitudes. *Línguas & Letras*, 19 (44): 93-113, 2018.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, 28 (100): 947-63, 2007.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS PRÓXIMOS DOSSIÊS TEMÁTICOS

Volume 12, Número 30 (setembro-dezembro de 2025)
Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE AGOSTO DE 2025

Volume 13, Número 31 (janeiro-abril de 2026)
Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis

Dra. Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2025

Volume 13, Número 32 (maio-agosto de 2026)
Masculinidades, curso de vida e cuidado

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE MARÇO DE 2026

Volume 13, Número 33 (setembro-dezembro de 2026)
Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE JULHO DE 2026

Esperamos também artigos livres, em fluxo contínuo.

As submissões devem ser feitas no site:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso